

**CERCAMENTO E CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DOS
ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS: O CASO DO ASSENTAMENTO IRMÃ
ADELAIDE EM MIRACEMA DO TOCANTINS**

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-242>

Data de submissão: 19/10/2024

Data de publicação: 19/11/2024

Israel de Paula Maia

Graduado e mestrado em Geografia
Instituto Federal de Tocantins -IFTO
E-mail: - israelmaia@ifto.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5169-3586>

Roberto de Souza Santos

Graduado, mestrado e doutorado em Geografia
Universidade Federal de Tocantins -UFT
E-mail: - robertosantos@uft.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4373-6443>

Elizeu Ribeiro Lira

Graduado, mestrado e doutorado em Geografia
Universidade Federal de Tocantins -UFT
E-mail: - liraelizeu@mail.uft.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2190-9646>

RESUMO

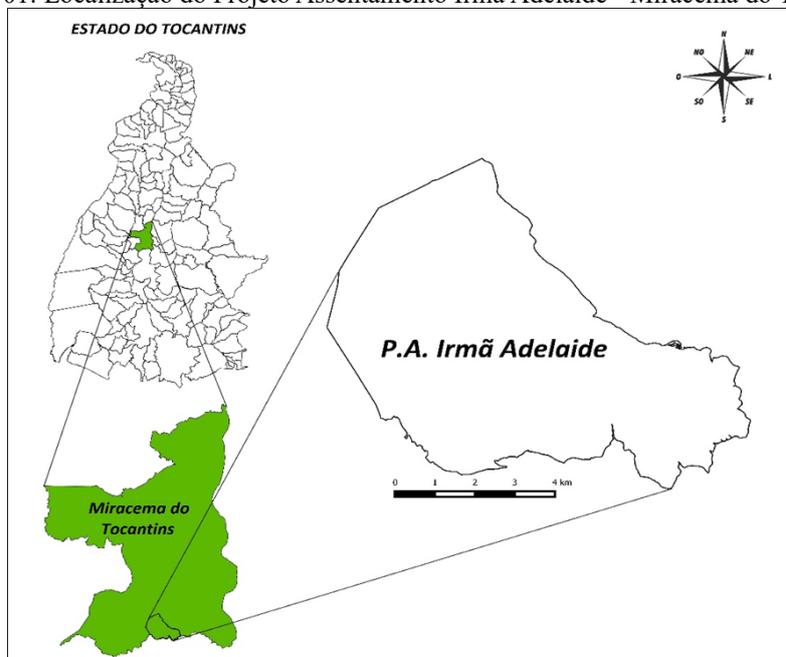
O objetivo do texto é analisar o cercamento e as condições de infraestrutura habitacional, hídrica, saúde e de transporte no assentamento agrário de Irmã Adelaide em Miracema do Tocantins. O recorte temporal de análise é a partir dos anos 2000, em que a desapropriação da Fazenda Boa Nova, com área de 4.766,2740 ha e aproximadamente 106 famílias do assentamento já estava em andamento. O artigo é resultado de pesquisas teóricas e empíricas de dissertação de mestrado. A metodologia aplicada para elaboração do texto em um primeiro momento, baseou-se em uma revisão bibliográfica sobre o tema em debate e em segundo momento, em uma pesquisa empírica através de trabalho de campo com aplicação de entrevistas. Os assentamentos agrários são criados a partir de políticas públicas pela necessidade de aplicar a reforma agrária para atender as demandas sociais e econômicas dos trabalhadores do campo. A política de reforma agrária na prática cria projetos de assentamentos agrários a partir do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Entretanto, durante as pesquisas empíricas verificou-se que as condições de infraestrutura físicas e sociais são precárias e não atendem as demandas sociais dos assentados na sua plenitude.

Palavras-chave: Assentamento Agrário. Infraestrutura Básica. Trabalhadores. Camponeses.

1 INTRODUÇÃO

O texto apresenta uma análise sobre o cercamento Das condições de infraestrutura básica de transporte, habitacional, de saúde e hídrica do assentamento de Irmã Adelaide em Miracema do Tocantins, criado em 22 de maio de 1998, por meio da Portaria INCRA/SR – 26 nº 036 a partir da desapropriação da Fazenda Boa Nova, com área de 4.766,2740 ha e aproximadamente 106 famílias. A Figura 01 a seguir, demonstra a localização do assentamento situado geograficamente no Sul do município de Miracema do Tocantins. A metodologia aplicada para elaboração do texto, deu-se em duas etapas. Primeiro fez-se uma revisão bibliográfica sobre o tema em debate. A segunda baseou-se em uma pesquisa empírica através de trabalho de campo com aplicação de entrevistas.

Figura 01: Localização do Projeto Assentamento Irmã Adelaide - Miracema do Tocantins



Fonte: Secretaria Estadual de Planejamento do Tocantins (2012). Organizado por Maia (2018).

O texto é composto por quatro tópicos. O primeiro tópico - Condições contraditórias nos assentamentos: o cercamento, apresenta uma análise sobre a situação contraditória do cercamento presente no assentamento objeto de análise. O cercamento acontece quando o latifúndio e o agronegócio vão se expandindo territorialmente no entorno do assentamento, de forma que em décadas de anos os assentados estão cercados. O segundo tópico - Condições de infraestrutura de saúde, hídrica, de transporte e habitacional no assentamento, aborda sobre as condições de infraestrutura básica que atende parcialmente as demandas dos assentados na comunidade local. É uma questão corriqueira nos assentamentos em que a sua infraestrutura não atende as demandas sociais, físicas e culturais da comunidade. O terceiro tópico - Perspectivas dos assentados continuarem morando no assentamento,

ênfatisa que a maioria dos assentados continuam com disposição em morar no assentamento. Por último, as consideraçoes finais que apresenta as conclusoes aferidas das pesquisas teóricas e empíricas.

O texto aborda uma discussão teórica e empírica sobre as condiçoes socioeconmica e as condiçoes de infraestrutura física disponíveis para o atendimento das demandas sociais no assentamento, a partir dos anos 2000. Em um primeiro momento, o poder público planeja e cria os assentamentos agrários, para assentar os trabalhadores camponeses, inclusive, com uma determinada infraestrutura básica para atender as demandas dos assentados. Entretanto, há necessidade que o poder público institua políticas que atendam às necessidades referente a moradia, abastecimento de água e de transporte entre outras demandas dos assentados.

Historicamente, a reforma agrária na sociedade capitalista, surge pela necessidade da execução de uma política fundiária para assegurar a função social da terra. O Estado burguês para evitar os possíveis movimentos revolucionários, cria aoes governamentais no sentido de “jogar um balde de água fria” na mobilização destes movimentos, isto é, cria políticas públicas pontuais mitigadoras para atender parcialmente as demandas dos assentados. Na verdade, a burguesia capitalista teme um movimento revolucionário que pode abalar os seus interesses capitalistas. As políticas públicas para amenizar as desigualdades sociais têm o objetivo de diminuir as contradiçoes sociais no campo e não acabar com as desigualdades.

Para Gehlen (2004), a reforma agrária  legitimada como política pública por atender o desenvolvimento econmico, atrelado a diminuição da pobreza no campo, oferecendo novos postos de trabalho, dinamizando o desenvolvimento local, para atender o camponês e o interesse coletivo da população camponesa. Os assentamentos agrários são uma alternativa política para amenizar as desigualdades e contradiçoes sociais no campo, mas, não para resolver estas questoes sociais. Enquanto não acontece nada de revolucionário na estrutura agrária brasileira, as políticas de reforma agrária são necessárias para criar melhores condiçoes sociais e econmicas para os camponeses e trabalhadores. A reforma agrária  uma política de Estado que estabelece normas referente aos direitos sobre o uso de propriedade e a posse da terra e bens agrícolas, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais no campo. No caso brasileiro, o que ocorre com mais frequência, é uma política de governo e não necessariamente uma política de Estado.

Interpretando o Artigo 184 da Constituição Federal podemos assegurar que compete a União desapropriar a propriedade fundiária de imóvel rural para atender as demandas de interesse social e para fins de reforma agrária. As operaçoes de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária são isentas de impostos federais, estaduais e municipais justamente para atender as questoes sociais de acesso à terra por aqueles que precisam da terra para atender as condiçoes de

existência. Entretanto, se os trabalhadores e camponeses não se mobilizarem e se organizarem politicamente, esses direitos constitucionais não serão assegurados na prática. A política de assentamentos agrários promovida pelo Estado brasileiro é necessária para amenizar a pobreza no campo. Mas, precisamos afirmar e deixar claro que as políticas de reforma agrária executadas pelo Estado, acontece pela pressão e organização e mobilização política dos movimentos sociais dos camponeses e trabalhadores.

O INCRA foi criado no dia 9 de julho de 1970, durante a ditadura militar, época, em que os conflitos de terra vinham se agravando. Na possibilidade de neutralizar os conflitos fundiários, o governo militar instituiu uma política de colonização e reforma agrária para colocar em prática uma geopolítica de segurança para manter a sua geopolítica conservadora. Para Barbosa (2019) os projetos de assentamentos agrários de forma geral são entendidos, como conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, onde este imóvel no passado pertencia a um único dono. Então, após a criação de políticas governamentais há um reordenamento do uso da terra, contemplando os trabalhadores camponeses que não dispunham de terra e que não tinham condições de adquirir um imóvel. Desta forma, um assentamento agrário, consiste em um projeto permeado por diversas ações elaboradas e pluricultural, com a finalidade de atender a função social e a proteção ambiental da propriedade camponesa.

Entretanto, o que percebemos, é que a criação dos assentamentos agrários nem sempre implicam em melhorias de atendimento aos direitos básicos e serviços para os assentados. Entre os quais, podemos destacar: o atendimento à saúde, educação, saneamento básico, a moradia, ao transporte e a própria obtenção da propriedade fundiária. Para que os assentados tenham estes serviços e demandas sociais atendidas, é necessário que o poder público institua políticas públicas para tal fim. O que acontece é que a maioria dos assentados vivem em condições precárias, pelo fato das políticas públicas para atender a estas demandas não chegarem as comunidades dos assentados de forma adequada e no tempo necessário.

Em um primeiro momento, os assentados têm acesso à terra com a obtenção do imóvel, por meio da criação de Projeto de Assentamento, o aporte de recursos de crédito para o apoio à instalação e de crédito de produção, infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica, etc.) que é de responsabilidade da União através do INCRA. Em segundo momento, nos assentamentos, o poder público deve instituir as políticas públicas voltadas para a criação de infraestrutura (estradas, saneamento básico e energia elétrica, etc.) nos assentamentos agrários para assegurar a efetividade da reforma agrária e a permanência com um mínimo de qualidade possível no campo para o camponês. Entretanto, empiricamente, o que se percebe é uma ausência de infraestrutura produtiva e social sobre

as questões ambientais e socioeconômicos relacionados às condições de vida dos camponeses. São vários os desafios enfrentados pelos trabalhadores camponeses, em sua maioria, no que se refere à efetividade de políticas públicas voltadas para a melhoria da vida do campesinato. A seguir abordaremos sobre o cercamento e os desafios enfrentados e precariedade de infraestrutura referente as questões hídricas, habitacional, de transporte e de saúde no assentamento em análise.

2 O CERCAMENTO DAS TERRAS: CONDIÇÕES CONTRADITÓRIAS NOS ASSENTAMENTOS

As condições precárias de transporte, de saúde, de infraestrutura de abastecimento, de moradia são corriqueiras nos assentamentos agrários. Entretanto, há outras preocupações que tira o sono dos trabalhadores assentados. Entre as quais, podemos destacar o cercamento do território dos camponeses. Isso acontece quando seu território é “cercado” pelo agronegócio. Vejamos como isso acontece. Esse fenômeno social acontece pelo processo de territorialização do agronegócio no campo brasileiro a partir de sua expansão espacial, que vai “cercando” o território do campesinato. Isso acontece também pela concentração fundiária nas mãos do capital agropecuário que, inclusive, compra ou grila até mesmo as terras dos camponeses. É um mecanismo de apropriação da terra de forma, que vai se concentrando cada vez mais, nas mãos do capital, desarticulando e expulsando os camponeses de suas terras para novas fronteiras ou para as zonas urbanas.

Segundo Silva (2018), o cerco se revela na apropriação da renda da terra, na criação das rendas da vida, no monopólio dos preços, na destruição dos conhecimentos do agricultor, na violência simbólica e física. O campesinato está sujeito a vários cercamentos, como por exemplo, no direito à terra e aos meios de produção. O cercamento começa com a acumulação primitiva que é delineada teoricamente por Marx. A acumulação primitiva corresponde a vida de barbárie do trabalhador e do camponês. Marx diz que (...) “a expropriação e a expulsão da população rural, renovadas, intermitentes, proporcionaram à indústria urbana massas sempre novas de proletários inteiramente desligados da esfera corporativa”. (2011, p. 858). A acumulação primitiva capitalista cria um cenário em que os trabalhadores são expulsos de suas terras e depois são obrigados a trabalhar nas manufaturas. Há uma separação entre os trabalhadores e a sua terra de trabalho. Neste ponto Marx destaca que:

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de

produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 2011, p. 828)

Como diz Marx acumulação primitiva é o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção, que constitui o primeiro momento de formação do modo de produção capitalista. É a história da escravização. Isto é, “... É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência”, (2011, p.828). É a história da migração forçada de massa de trabalhadores e da história da retirada de direitos dos trabalhadores. Na Inglaterra e na Escócia o cercamento promoveu a destruição de vilas, aldeias, choças e casas. “As terras camponesas foram rapinadas e mercantilizadas, o que empobreceu os sujeitos expulsos e homens foram substituídos por carneiros e até pela caça” (SILVA, 2018, p. 62). A aristocracia agrária apropriou até mesmo das terras da igreja e usurpou as terras comunais.

Esse fato nos permite afirmar que o processo de cercamento do território camponês é histórico. O cercamento dos camponeses deriva historicamente dos fazendeiros grileiros, industriais, entre outros agentes capitalistas apoiados pelo Estado, com arcabouço jurídico favorável à propriedade capitalista, uso de milícias privadas e o aparelho repressivo do Estado, com impunidade da violência cometida, (SILVA, 2018). É um cerco imaterial com elementos concretos, simbólicos, instrumentais e materiais que dilapidam o modo de vida e as condições de existência do campesinato.

Atualmente, o uso e apropriação do espaço pelas *commodities* gerou o cercamento e a asfixia da agricultura camponesa, por exemplo, da monocultura da soja e do eucalipto Tocantins. O agronegócio se apropria dos recursos naturais para produzir mais valia. Um dos recursos naturais que o agronegócio apropria, são os recursos hídricos para geração de *commodities* que pode comprometer a produção agrícola do campesinato. Com isso, instalam-se conflitos pelo uso da água, seja para uso industrial, seja para irrigação e produção de energia. Este fato evidencia o cercamento ao campesinato pela privatização da água. A invasão do agrotóxico utilizado na monocultura pode chegar à nascente dos córregos.

Com a expansão do agronegócio na região amazônica, os problemas ambientais e sociais tendem aumentar. Os efeitos dos agrotóxicos são visíveis. Os agrotóxicos acabam causando o envenenamento da flora e da fauna. Na verdade, os elementos da modernização são estranhos ao povo do lugar. As corporações transnacionais, como Bunge, Cargill e Multigrain controlam o processo, ou seja, é um estranho que chega a Amazônia e se apropria dos recursos naturais de forma unilateral (com o apoio do Estado). A partir deste processo de territorialização do capital, o fracasso da pequena produção e a falência econômica do campesinato atinge sua autoestima, já fragilizada pelo preconceito “dos de fora”.

Outra forma de “cercamento” do território do campesinato é quando o capital agrário seduz ou faz tentativas para que o camponês venda a sua terra. Pode acontecer, inclusive, na forma de aliciamento, em que fazendeiros, grileiros e empresários do meio rural ofertam comprar os imóveis dos camponeses, por um preço até acima do mercado. Os camponeses, perante a esta situação vão ficando impossibilitados de continuarem no campo. Por um lado, o Estado estabelece políticas que favorecem o agronegócio, deixando pouco espaço para a existência do campesinato enquanto sujeito social do campo, por outro, o agronegócio fecha o “cerco” para o campesinato, a partir de sua expansão territorial, inclusive, em terras dos camponeses através da grilagem ou da expulsão com ameaças de morte ou pelas vias “legais” (a legalidade convencionalizada pelo Estado burguês para defender os interesses dos capitalistas). Em outras palavras, a expansão espacial do agronegócio compromete a continuidade social e econômica do campesinato.

Esta realidade do campesinato está presente na Amazônia, mesmo sendo uma fronteira mais recente do país. Uma das lutas do campesinato no estado do Tocantins, na atualidade, é para superar os impactos do agronegócio, pelo fato deste comprometer a sustentabilidade e a continuidade social e econômica dos assentamentos agrários na região. Isso coloca o camponês dentro de uma lógica contraditória e perversa, visto que no assentamento em análise, a procura de compra de terras, já tem demonstrado as suas facetas do cercamento aos camponeses assentados. Uma das formas que esse mecanismo tem se manifestado, é o “aluguel de pasto”, nas áreas dentro dos lotes usados pela atividade de pecuária extensiva, conforme constatação empírica no trabalho de campo. O aluguel de pasto é uma renda da terra que acontece no interior do assentamento que caracteriza a lógica capitalista, portanto, poderá ampliar a lógica capitalista dentro do assentamento, em consequência, a função social da terra pode ser comprometida.

Outra, é a tentativa de ofertar a compra dos lotes dos assentados, um tipo de “assédio estratégico”, com o intuito de com o tempo, comprar as terras do assentamento. É como se jogasse uma isca para o camponês e, se ele aceita a venda do seu imóvel, o capitalista compra, fazendo o mesmo procedimento para os demais assentados. É uma estratégia perversa que pode gerar novamente a concentração fundiária que é a tragédia do campesinato, mecanismo este, constatado no assentamento pesquisado. O relato de um dos assentados, reforça este raciocínio.

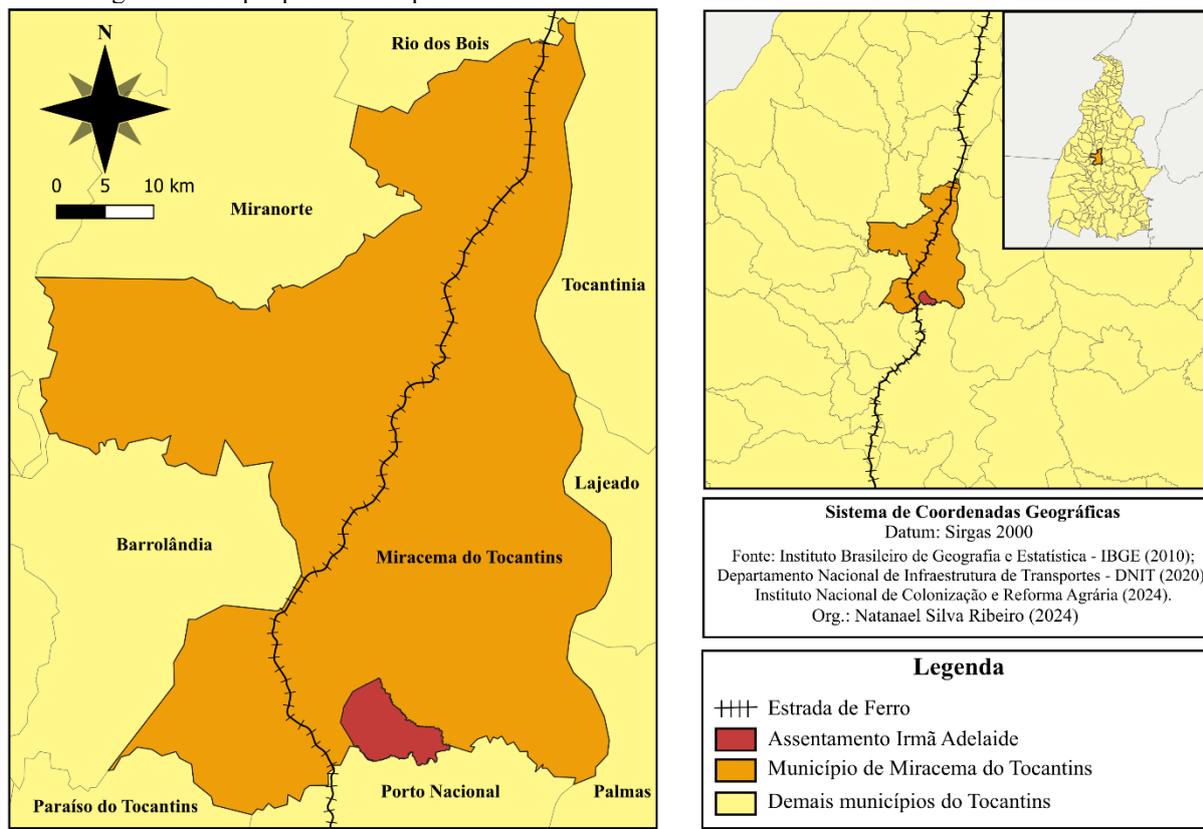
[...] tem alguns fazendeiros que já me ofereceram comprar minha chácara mais eu não quis, aqui na região tem muitos fazendeiros, e eles querem as terras perto do rio Santa Luzia, porque tem muita água, isso pro gado beber água, então se, essas terras são mais valorizadas, mais eu vou continuar aqui até o fim, não vou me entregar, quando sair o título da terra vou fazer um empréstimo no banco para plantar um roçado bão, pra comprar umas vaquinhas, e assim desenvolver minha vida e da minha família (Entrevistado 35, 2018).

A partir do depoimento acima, quando o entrevistado afirma que não vai se entregar e continuará até o fim na sua chácara, é possível inferir, que existem camponeses que não estão dispostos a se tornar vítima do agronegócio. Este posicionamento do camponês traduz-se em sua resistência perante a perversidade destruidora do agronegócio e do capital agrário. A resistência e defesa da sua cultura, economia, formas de pensar e principalmente a sua terra, é uma luta contínua do campesinato, ou seja, o caráter da luta de resistência de forma contínua tem dois momentos que são bem definidos na vida dos camponeses – a luta pela terra e a luta na terra.

Silva (2005, p. 142) diz que podemos chamar de movimento de luta na terra, o que denota uma fase posterior à luta pela terra. A luta pela terra é uma fase anterior em que o campesinato se mobiliza para adquirir um pedaço de chão. Já a “[...] luta na terra é uma expressão usada para significar que o camponês já se territorializou, garantiu o seu direito e o acesso à terra de trabalho, isto é, a seu espaço familiar produtivo [...]”. Significa a reação camponesa frente à expropriação e perversidade do Estado, do agronegócio e do latifúndio, isto é, quer continuar a ser camponês trabalhador – ser livre e autônomo.

Outro motivo para a prática do “assédio estratégico” acontece quando os imóveis são valorizados em função da infraestrutura implementada ou por recursos naturais dentro do assentamento, que seja de interesse do capitalista. No caso do Assentamento Irma Adelaide, são os recursos hídricos em abundância para dessedentar o gado. O interesse do agronegócio em expandir na região do assentamento é real. A Ferrovia Norte Sul passa nas proximidades da região, que é outro atrativo de penetração do agronegócio na região, em plena expansão em todo o Tocantins. E tem ainda um pátio Multimodal em Luzimangues próximo ao assentamento que potencializa os valores das terras no entorno imediato. Na Figura 02, podemos visualizar o quanto a Ferrovia Norte Sul passa próximo ao assentamento. Em entrevista com um líder do MST da região, este assegurou que o assentamento pode ser comprometido, até mesmo pelo capital imobiliário especulativo, pelo fato de estar próximo as zonas urbanas de Palmas e Luzimangues. São fatores que com o tempo vai cercando o assentamento.

Figura 02. Mapa que ilustra a proximidade da Ferrovia Norte Sul ao assentamento Irmã Adelaide.



Nas Figuras 03 e 04 a seguir, podemos observar que as pastagens aumentaram consideravelmente entre os anos 2000 e 2015. Em 2000, as pastagens estavam circunscritas no Sul do assentamento, e em 2015, as pastagens adentraram em todo o assentamento. Isso é um testemunho que afirmamos nos parágrafos anteriores do aluguel de pasto dentro do assentamento. Na Figura 03, podemos observar que em 2000, ainda não existia o cultivo de soja nas imediações do assentamento, no entanto, em 2015, já podemos observar a presença do cultivo de soja próximo ao assentamento na sua orientação Oeste. É outro fato que representa o processo de cercamento do assentamento.

Observa-se ainda na Figura 04, na porção Sudeste do assentamento, a presença de recursos hídricos composto com as águas do reservatório da usina Hidrelétrica de Lajeado. Este grande volume de água aguça os interesses do capital do agronegócio na região do assentamento. Silva (2018) compartilha deste pensamento, afirmando que a água é um recurso natural que desencadeia disputa entre agronegócio e os camponeses. Para o autor, surge os conflitos pela água, em que uma classe (a aristocracia agrária) pode poluir a água ou se apropriar, seja para uso industrial, seja para irrigação e produção de energia, em detrimento das necessidades de outras classes (os camponeses e trabalhadores do campo). Portanto, esse processo evidencia o cercamento ao campesinato pela privatização da água. E se isso acontecer, o processo de cercamento territorial do assentamento será potencializado.

Figura 03

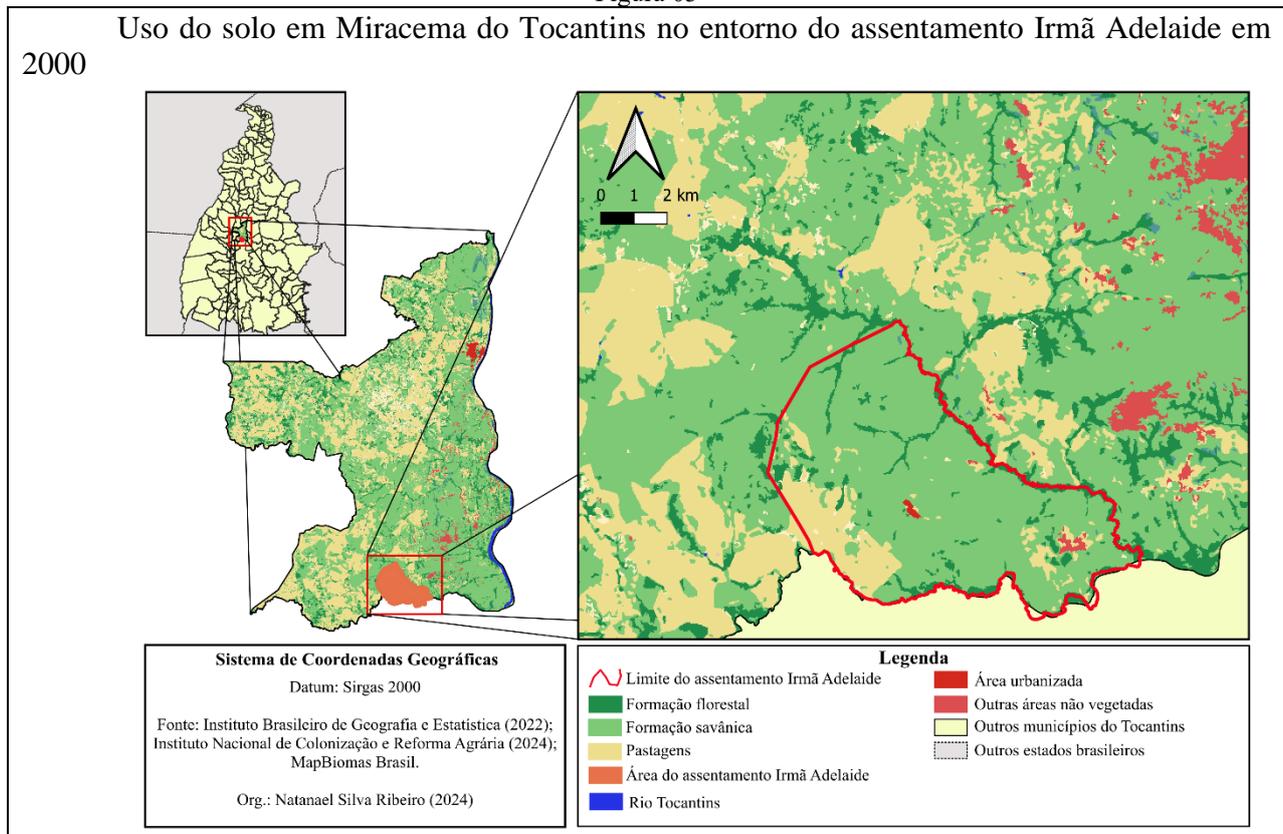
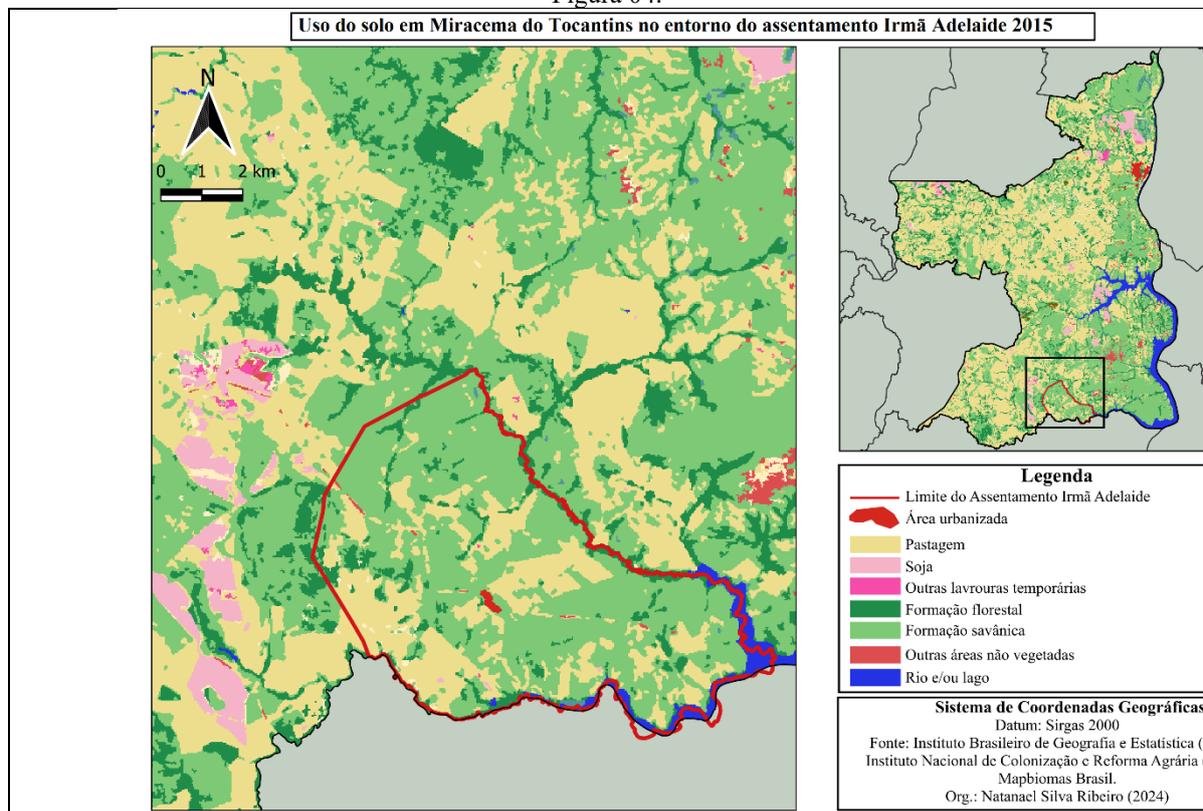


Figura 04.



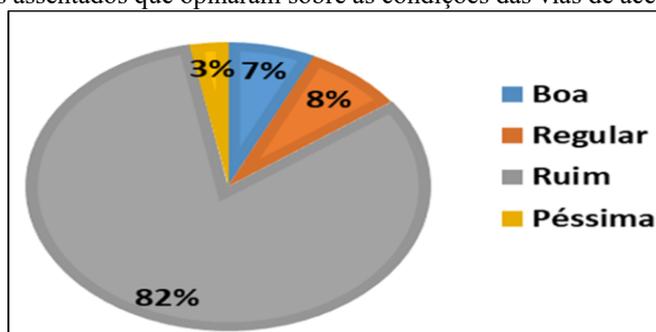
Silva (2018, p. 54) enfatiza sobre o processo de cercamento dos assentamentos agrários e os territorios camponeses. Para o autor [...] “Não há mercado capitalista perfeito que, dirigido pelos princípios da eficiência e eficácia, garanta aos camponeses a apropriação do seu trabalho. Pelo contrário, sua materialização promove o cercamento das condições da reprodução social camponesa”. A proximidade do cultivo da soja nas imediações do assentamento representa uma das facetas do mercado capitalista que vai se expandindo em direção aos assentamentos e em, consequência, vai sufocando os territorios camponeses. Esta expansão da monocultura é um fenômeno da grande propriedade que amplia o cercamento ao campesinato, ou seja, com a ampliação do latifúndio, amplia-se também a expansão do agronegócio. Silva (2018) ressalta que o cercamento promovido pelas commodities provoca o declínio histórico das culturas agrícolas cultivadas pelo campesinato.

Perante essas perversidades e coação, é necessário que o campesinato, constantemente faça valer a sua resistência através da luta pela terra e da luta na terra, pelo fato do volume de problemas e dificuldades de toda natureza (social, política, econômica) que os camponeses deparam diariamente. Essa mobilização é que faz ser possível a continuidade social e econômica dos assentamentos agrários.

3 CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DE SAÚDE, HÍDRICA, DE TRANSPORTE E HABITACIONAL NO ASSENTAMENTO

As condições socioeconômicas no assentamento agrário em análise são precárias. Uma questão preocupante no assentamento em análise, são as estradas vicinais de acesso aos lotes, construídas no período de formação do assentamento em 1998. A manutenção das vias, que é de responsabilidade da prefeitura, não acontece de maneira desejada. Esse fato implica diretamente na vida dos camponeses, principalmente no escoamento da produção dos lotes. Para 82% dos camponeses do assentamento, as condições de uso das estradas vicinais são consideradas ruins, contrastando com apenas 15% que consideram as estradas boas ou regular, como demonstra a Gráfico 01. Se o poder público não faz a manutenção das vias, os assentados precisam se mobilizar para resolver os problemas de logística.

Gráfico 01. Percepção dos assentados que opinaram sobre as condições das vias de acesso ao PA Irmã Adelaide



Fonte: Organizado pelos autores (2017).

A luta de quem vive em um assentamento não é fácil, pois, as batalhas do cotidiano são diárias, ou seja, o enfrentamento das questões sociais e políticas são constantes para os camponeses. Por exemplo, a luta por uma educação de qualidade, acesso à terra e de atendimento médico eficiente, faz parte da realidade dos camponeses no Brasil, conforme é demonstrado por Silva (2018) e Carvalho (2013). Perante isso, os sujeitos sociais do campo, o tempo todo precisam atuar na conquista desses direitos dentro do processo social político. Carvalho (2013) nos auxilia neste raciocínio, afirmando que:

Apesar dos assentamentos serem realizações do Estado, muitas vezes mal planejadas e executadas, eles se constituem como espaço de existência camponesa e os assentados constituem, pela sua luta e resistência, os sujeitos do processo social e político. Esses assentamentos não são apenas lugares dedicados à produção agropecuária; são também o lugar do debate político, no qual discutem questões como a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas; são um espaço de ações coletivas em que se expressam politicamente passando pela representação do interesse de classe [...] (CARVALHO, 2013, p. 59).

Esse pensamento de Carvalho (2013) aponta que nos assentamentos agrários, a luta dos sujeitos sociais é constante. Não é um ambiente só de abrigo, de produção para a existência do campesinato, mas, é, sobretudo, um espaço da resistência e da luta política. As lutas passam desde o acesso à terra, até as necessidades básicas do ser humano como educação, saúde, alimentação e transporte. Na questão da saúde, por exemplo, os assentados tiveram que se mobilizarem para ter atendimento médico. A prestação deste serviço na comunidade é responsabilidade do município de Miracema do Tocantins-TO, que fez em 2010 um convênio com o governo federal para a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no assentamento. Na Figura 05, podemos visualizar a UPA do assentamento. Nesta UPA, são realizados as consultas e o atendimento de ambulatório. A estrutura física do local conta com três consultórios médicos, duas salas administrativas e dois banheiros, com cinco servidores lotados na unidade de saúde, dois na área administrativa, um técnico em enfermagem, e 2 auxiliares de serviços gerais, além do motorista que é responsável pelos serviços da ambulância da UPA.

Figura 05: Vista da Unidade Básica de Saúde do Assentamento Irmã Adelaide.



Fonte: Organizado pelos autores (2017).

Outra forma de atendimento básico de saúde utilizado no assentamento, é o trabalho dos agentes comunitários de saúde. Esse trabalho consiste em identificar as possíveis doenças, informar e orientar sobre prevenção e tratamentos, fazer agendamento de consultas e entrega de medicamentos na comunidade. O trabalho dos agentes comunitários de saúde no assentamento tem proporcionado bons resultados. Esses agentes comunitários moram no assentamento. O atendimento básico de saúde é uma reivindicação antiga dos assentados para suprir a demanda local. Apesar de dispor desses serviços de saúde, falta o mais importante, que são os médicos, uma das constantes reivindicações dos assentados.

Quanto a infraestrutura de abastecimento de água nos assentamentos deve haver um mínimo de disponibilidade de água de qualidade para o abastecimento do assentamento. A disponibilidade de água para uso e consumo nos assentamentos acontece por meio de poços artesianos, outros utilizam água de riacho e igarapés no caso da região amazônica, uma parcela significativa utiliza o poço raso (poços abertos manualmente de até 25 metros de profundidade) e há também os que usam a cacimba. No assentamento em análise, foi criado ainda em 1998, um poço artesianos, juntamente com uma bomba elétrica que faz o processo de bombeamento para as casas da Agrovila da comunidade. Entretanto, há uma insatisfação pela maioria dos assentados, que alegam que a água não chega nas casas mais distantes do poço, porque a bomba não consegue distribuir adequadamente a quantidade de água necessária a todo os moradores. A questão é que o INCRA, órgão responsável por implementar a infraestrutura de abastecimento de água, não teve a preocupação em comprar equipamentos que atendessem toda a demanda.

Na tentativa de resolver o problema, já existe uma mobilização dos assentados para reivindicar tanto do poder público federal, quanto dos poderes municipal e estadual, uma solução para o abastecimento de água. Há a necessidade da construção de um novo poço artesianos, com os equipamentos mais adequados. Vários ofícios já foram encaminhados aos órgãos competentes, mas, verificamos que os assentados não tiveram respostas até o momento da realização desta pesquisa, que

ocorreu em 2017. Portanto, a luta dos assentados continuará, no entanto, por outro lado, o que se observa, é que as reivindicações do segmento do agronegócio são atendidas de prontidão. A Figura 06, ilustra a estação de abastecimento de água da comunidade.

Figura 06: Estação de Abastecimento de água no PA Irmã Adelaide



Fonte: Maia (2017).

No quesito habitacional, as atuais moradias do assentamento são construídas de alvenaria, como é demonstrado na Figura 07. As casas foram construídas exclusivamente na Agrovila, onde cada uma das 106 famílias assentadas construiu suas moradias de acordo com as condições de cada uma. De acordo com depoimento dos assentados, as casas foram construídas um pouco depois do período de implantação do assentamento através de um contrato entre uma empresa de Cerâmica do município de Miranorte-TO e o INCRA. Os assentados esperaram por 3 anos para terem as suas moradias construídas em alvenaria. Durante esse período de 3 anos, os assentados moraram em barraco de palha, conforme assegurou um assentado em entrevista: [...] “o INCRA, troce nós e colocou em uma Agrovila, aí, feito os barracos de palha e ficamos 3 anos, aí, depois do cadastro foi construído as casinhas, por uma empresa de Miranorte, e foi feito uma empreita pra construir as casas da Agrovila”, (Entrevistado 25, 2018).

Figura 07. Casas construídas na Agrovila do PA Irmã Adelaide.



Fonte: Maia (2017).

Na construção das casas, os assentados poderiam ajudar na edificação, e aqueles que não poderiam entrar com sua mão de obra, pagariam uma quantia em dinheiro. As casas foram construídas em 1998 e, até o momento da pesquisa de campo (em 2017), ainda não houve nenhum tipo de reforma, inclusive, algumas já estão deterioradas. Como grande parte dos assentados não dispõem de recursos financeiros continua morando em um ambiente precário. As reclamações sobre as moradias é um relato frequente entre os entrevistados. Segundo um assentado em entrevista, há uma promessa feita pelo prefeito de Miracema do Tocantins em 2016, de doar um cheque moradia para fazer a reforma, mas, o fato é que ainda não há nada de concreto até o presente momento.

4 PERSPECTIVAS DOS ASSENTADOS CONTINUAREM MORANDO NO ASSENTAMENTO

Além destes problemas já descritos acima, há outros, como a falta de assistência técnica para desenvolver a produção agrícola e a ausência de linhas de créditos bancários acessíveis. Dos 60 moradores entrevistados nesta pesquisa, apenas 08 possuem crédito junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O assentamento conta com uma Associação de Agricultores que, segundo os entrevistados, tem a finalidade de captar recursos para os assentados. De acordo com o presidente da associação, Sr. Edvan Pereira da Silva, a associação tem 106 associados, dos quais, 48 participam ativamente das reuniões. Quanto a atuação da associação nas reivindicações para melhoria do assentamento, um dos assentados, afirmou:

Tem deles que não se interessam de resolver nada, já ouvi falar que desviam dinheiro da associação, que era pra arrumá as coisas, aí isso prejudica muito, aí os associados acabam não pagando a associação porque não confiam, não acreditam em nada, e nem em ninguém. É o jeito participar das reuniões porque eu não quero sair daqui eu mesmo trouxe uma terra que eu

paguei do meu bolso, tirei 250 reais pra ajudar, mas ninguém dá valor, eu fui o primeiro a chegar nesse assentamento eu mais o senhor Adão, Tainã e o Izaque, e o Borges que era o corretor que queria vender a fazenda, hoje ninguém reconhece nossa luta pra que todos tivessem seu pedaço de chão. (Entrevistado 35, 2018.).

Outro entrevistado relatou que:

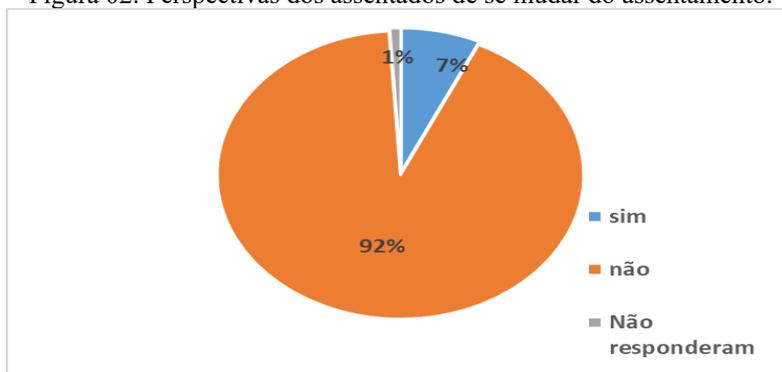
Precisa melhorar, associação no começo aqui ela desenvolveu trabalho, depois teve uma grande bagunça que ela foi dividida em 3 associações, agora com muita conversa, a gente conseguimos trazê-la pra uma única associação de novo, então o processo agora é que tenha uma melhora na associação, porque precisa, todas as coisas precisam de uma pessoa pra tá representando, tem que dá uma melhorada sim. (Entrevistado 40, 2018.).

No primeiro depoimento, o entrevistado 35 demonstra pouco otimismo na associação, entretanto, logo depois, ele se contradiz, quando afirma que o assentado deve participar das reuniões da associação. O importante é que o assentado tenha a consciência política de participar das associações que o representa. O segundo depoimento do entrevistado 40, ele comenta sobre a não organização política da associação que representa os assentados. É uma constatação inteligente do entrevistado em afirmar ser preciso melhorar a associação, porque uma grande bagunça com 3 associações, e com muito diálogo conseguiram retornar para novamente uma única. Isto é, foi um avanço da mobilização políticas dos assentados.

Para fortalecer politicamente uma associação e uma comunidade, é necessário que tenha a união de todos e a articulação política dos membros para criar e manter a instituição bem representativa e unificada. A fragmentação da associação em 3 grupos, é trágico para a continuidade social do assentamento, sendo essa outra constatação política inteligente do entrevistado ao afirmar que precisam de ter uma associação para representá-los. Apesar das dificuldades enfrentadas, um fator relevante notado no assentamento é que os assentados possuem perspectivas sociais de melhorias na infraestrutura e da continuidade da produção agrícola para o autoconsumo. No caso do entrevistado 35, afirmou que (...) “eu não quero sair daqui eu mesmo trouxe uma terra que eu paguei”, (...), o que potencializa a sua disposição para continuar morando no assentamento.

Outro entrevistado, afirmou o mesmo, relatando que: “não tenho vontade de mudar, a gente já tá com 20 anos, o local que eu mais morei em toda minha vida é aqui no Assentamento Irmã Adelaide, eu tenho filho que nasceu aqui, eu tenho neto que nasceu aqui, e a gente tá com as raízes aqui, a gente torce pra que cada dia tem mais melhorias”. (Entrevistado 40, 2018). No geral, os entrevistados foram quase unânimes em responder que não pretendem mudar do assentamento. Dentre os 60 entrevistados, 55 responderam que não pretendem mudar, o que corresponde a um percentual de 92%, e apenas 4 pretendem mudar do assentamento, correspondendo 7%, conforme demonstra a Gráfico 02.

Figura 02. Perspectivas dos assentados de se mudar do assentamento.



Fonte: Organizado pelos autores (2017).

Percebe-se que a maioria dos assentados não querem mudar do assentamento, isso significa dizer que há perspectivas de continuidade social e econômica do assentamento, como lugar de moradia, de trabalho e de reprodução enquanto sujeitos sociais. Evidencia também que a maioria desses camponeses (92%) possuem consciência política de classe social e das dificuldades para se ter acesso à terra, no contexto brasileiro. Mesmo já assentado tem que lutar constantemente para sua permanência, se for para outro lugar, certamente, terá que começar tudo novamente, isto é, penar na luta outra vez. Aliás, segundo Barbosa (2019), a evasão nos assentamentos agrários amazônicos, é uma realidade já observadas em vários estudos. As precariedades nos assentamentos é um dos motivos desta evasão.

Mas há também aquelas famílias que passaram muito tempo nos espaços urbanos e o vínculo com a terra foi fragilizado, são camponeses que têm pouca experiência com atividades agrícolas e o modo de vida camponesa. Para o atendimento destes camponeses que se deslocam, faz-se necessário um novo arranjo espacial, ou uma reorganização política e econômica, o que é gerado através de novas políticas públicas. É o que se propõe as novas modalidades de projetos de assentamentos agrários, com fins de reforma agraria.

Segundo os assentados outra forma de dar sustentabilidade e continuidade social e econômica do assentamento, seria ter por definitivo o título da posse da terra. Para eles, é a peça-chave para continuidade social e econômica e proporcionar-lhes as melhorias desejadas. Em entrevista, um assentado expõe seu pensamento:

Eu penso que o título é uma boa pela garantia que a gente tem, porque o órgão que nos dá assistência aqui, que era pra ser nosso protetor é o INCRA, e muitas vezes quando acontece alguma coisa que precisa a gente reclamar perante o órgão, eles falam que a gente não tem terra, e a gente tendo nossos títulos na mão [...] (Entrevistado 25, 2018.).

Os assentados acreditam que de posse do título da terra, teriam mais segurança para conseguir, por exemplo, financiamento e assistência técnica na produção de alimentos. Entretanto, o título definitivo da terra pode gerar um problema muito trágico, que é a possibilidade de acelerar o processo de venda dos lotes para os fazendeiros, que fazem ofertas generosas e podem comprar vários lotes e formar uma nova fazenda extinguindo ou reduzindo drasticamente o assentamento. Este cenário tem grande potencial para acontecer e, se acontecer, é grande a possibilidade de alguns assentados venderem sua propriedade e mudarem para a cidade ou para novas fronteiras. O poder público cria os assentamentos para os trabalhadores ter onde e como produzir para a sua existência, entretanto, é necessário que se crie políticas públicas para dar respaldo para os assentados continuarem existindo como sujeito social. Infelizmente, não é o que acontece. Mesmo perante a estes desafios, os assentados continuam dispostos a morar nos assentamentos e lutar pela sua existência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empiricamente, é possível avaliar que as condições socioeconômicas do Assentamento Irmã Adelaide têm capacidade produtiva para os assentados continuarem existindo como sujeitos sociais do mundo camponês. Durante a execução das entrevistas, verificou-se que a maioria dos assentados têm a pretensão de continuar morando e trabalhando no assentamento, esta afirmação sinaliza que a continuidade social do assentamento é potencializada. Inclusive, é preciso defender essa ideia de continuidade social dos assentamentos agrários e sobretudo, é necessário que a comunidade científica juntamente com as lideranças políticas dos movimentos sociais dos trabalhadores camponeses se mobilizem politicamente, em defesa da continuidade social e econômica do campesinato. Professores, pesquisadores das áreas das ciências humanas das Universidades públicas e intelectuais devem encampar um trabalho pragmático em defesa dos trabalhadores camponeses, o que resultará em mais uma força política para aglutinar os movimentos sociais dos camponeses.

Verificamos também no que se refere as demandas sociais do assentamento como habitacional, hídrica, de saúde e de transporte o poder público não as atendeu na sua plenitude. Para que suas demandas sejam atendidas, houve uma mobilização e um esforço político da comunidade como forma de pressão. Entretanto, pelo lado do capital, as coisas acontecem como planejado, ou seja, as classes sociais ligadas ao capital agrário aliam-se ao capital industrial e financeiro, criando uma classe social afortunada, a “burguesia do agronegócio”. Esta classe social alia-se ao poder público; cria convênios com as universidades públicas e privadas; faz do conhecimento técnico-científico um instrumento de construção de mais-valia, tudo isso com o respaldo do Estado. Com as alianças entre o capital industrial, financeiro e agrário e com o apoio do Estado, a “burguesia do agronegócio” desagua em um

terreno de poder político e econômico que se transforma em um gigante perante ao pequenino camponês.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Elder Leite. Políticas públicas no campo no Assentamento São Francisco no Sul do Amazonas. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais - Biodiversidade e Sustentabilidade do Bioma Amazônico). Universidade Federal do Amazonas. Humaitá-AM, 2019.

CARVALHO, L. H. As Condições de vida dos assentados da região de Andradina: a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária. 2013. 230 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). UNESP - Franca, 2013.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

MARX, Karl O capital: a crítica da economia política: livro I. tradução – Reginaldo San’ Anna 25ª edição. Rido de janeiro, Civilização brasileira, 2011

SILVA, Edson Batista da. Cercados e a contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015). Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), UFG - Goiânia, 2018.

SILVA, Silvio Simione da. Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-Acreana. 496 f. Tese (Doutorado em Geografia - Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Presidente Prudente-SP, 2005.